

Ministério Público

Secção de Instrução Criminal

Tribunal Judicial de Lisboa

Rua da Prata, n.º 45 – 1200-038 Lisboa

NIF: 507 123 456

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

Ao

Juiz de Instrução Criminal n.º 4

Tribunal Judicial de Lisboa

Rua da Palma, n.º 12 – 1150-104 Lisboa

Assunto: Pedido de penhora de bens móveis e imóveis do réu João da Silva – Processo Penal n.º 2023/0456

Exmo. Sr. Juiz de Instrução Criminal,

Nos termos do disposto no Código de Processo Civil, em particular nos artigos 655.º a 665.º, bem como no artigo 217.º do Código Penal, vem o Ministério Público, representado pela Procuradora **Marta Santos** (OA 54321), requerer a V. Exa. a **penhora preventiva** dos bens móveis e imóveis pertencentes ao réu **João da Silva**, residente em Lisboa, com o objetivo de garantir a futura indemnização a favor do Estado, decorrente da prática de burla informática (phishing) que resultou em transferências bancárias fraudulentas no montante total de **€ 32 000,00**.

1. Identificação do Réu

Nome	João da Silva
NIF	212 345 678
Morada	Rua de São Bento, n.º 28 – 2.º Dto – 1150-260 Lisboa
Data de Nascimento	12 de maio de 1985
Profissão	Comerciante (atividade de comércio a retalho)

2. Fundamentação Jurídica

1. **Artigo 217.º do Código Penal** – Tipifica a burla informática, cuja prática se verifica nos factos descritos no processo n.º 2023/0456.
2. **Artigo 655.º do CPC** – Autoriza a penhora preventiva quando exista risco de insolvência do devedor ou de dissipação de bens que comprometam a execução futura.
3. **Artigo 660.º do CPC** – Permite a penhora de bens móveis e imóveis, bem como de direitos patrimoniais, como medida cautelar para assegurar a eficácia da decisão condenatória.

Considerando que o réu tem acesso a bens de valor significativo e que há risco de alienação ou ocultação dos mesmos, é imperioso garantir a efetividade da eventual condenação pecuniária.

3. Bens a Penhorar

3.1 Bens Imóveis

Descrição	Localização	Matrícula	Valor Patrimonial (aprox.)
Apartamento T2	Rua da Boavista, n.º 101 – 3.º andar – 1200-072 Lisboa	12345/2020	€ 150 000,00
Loja Comercial	Avenida da República, n.º 45 – 1150-184 Lisboa	67890/2019	€ 220 000,00

3.2 Bens Móveis

Descrição	Quantidade / Identificação	Valor (aprox.)
Veículo automóvel – Mercedes-Benz Classe C 200	Matrícula 12-34-AB	€ 25 000,00
Computador portátil – Apple MacBook Pro 2022	N.º de série XYZ123456	€ 3 000,00
Mobiliário de escritório (secretária, cadeira, arquivo)	Conjunto completo	€ 2 500,00

3.3 Direitos Patrimoniais

Descrição	Titularidade	Valor (aprox.)
Crédito a receber de cliente (empresa XYZ, Lda.)	João da Silva	€ 12 000,00
Depósito bancário em conta corrente (Banco BPI, N.º 3456/2023)	João da Silva	€ 8 000,00

4. Pedido

Face ao exposto, requer-se a V. Exa.:

1. **A concessão de medida cautelar de penhora preventiva** sobre todos os bens móveis, imóveis e direitos patrimoniais enumerados na secção 3, nos termos do artigo 655.º do CPC;
2. **A nomeação de um depositário** para a conservação e gestão dos bens penhorados, nos termos do artigo 662.º do CPC;
3. **A intimação do réu** para que, no prazo legal, apresente impugnação ou ofereça garantias alternativas, caso assim entenda;
4. **A comunicação desta decisão** ao Banco BPI, ao Registo Predial de Lisboa e ao Instituto dos Registos e do Notariado, para os efeitos de efetivação da penhora.

5. Documentação Anexa

1. Cópia da **procuração** da Procuradora Marta Santos (OA 54321);
2. Cópia do **processo penal** n.º 2023/0456 (extrato);
3. **Laudos periciais** que comprovam a existência dos bens e a sua titularidade;

4. **Avaliações patrimoniais** recentes (abril de 2025) dos imóveis e dos bens móveis;

5. **Extratos bancários** que evidenciam o depósito em conta corrente.

6. Considerações Finais

A penhora preventiva ora requerida visa salvaguardar o interesse público e garantir que, caso haja condenação, o Estado possa efetuar a recuperação do montante indevidamente subtraído, bem como dos prejuízos acessórios. A medida é proporcional ao risco de dissipação dos bens e está em consonância com a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

Nestes termos, pede deferimento.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

Marta Santos

Procuradora do Ministério Público – OA 54321

Cópia:

- Advogado de defesa Dr. Ana Pereira (OA 12345)
- Advogado de defesa Dr. Luís Carvalho (OA 67890)
- Secretaria da Secção de Instrução Criminal – TJ Lisboa